

A COMPREENSÃO DA TENSÃO
REGULAÇÃO/EMANCIPAÇÃO DO CORPO E
DA CORPOREIDADE
NEGRA NA
REINVENÇÃO DA
RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Nilma Lino Gomes¹

Para compreender o processo de resistência construído e realizado por negras e negros brasileiros contra a escravidão e contra as mais diferentes formas de dominação, é preciso, antes, reconhecê-los como sujeitos. Sujeitos sobre os quais incide historicamente um dos mais graves fenômenos construídos nas relações de poder que persiste até hoje no Brasil, como em outras partes do mundo: o racismo.

A retomada dos estudos de intelectuais como Franz Fanon² que descortina o racismo como elemento estrutural da sociedade envolvendo as esferas econômica, social, cultural e psicológica; os estudos de Neusa Santos Sousa³ ao destacar os processos tensos vividos pelas pessoas negras para tornarem-se negras, nos quais a cor e o corpo são eleitos como ícones negativos para a demarcação da diferença; as discussões realizadas por bell hooks⁴, Patrícia Hill Collins⁵, Angela Davis⁶, Lélia González⁷, Beatriz Nascimento⁸, Luiza Bairros⁹, Sueli Carneiro¹⁰ e tantas outras, que têm nos nutrido com reflexões importantes, consistentes, epistemológicas e políticas. Estas discussões nos ajudam a compreender melhor o fenômeno do racismo articulado ao patriarcado e ao capitalismo. Ajudam-nos, também, a conhecer os seus impactos sociais e emocionais não somente sobre negras e negros, mas em toda a sociedade.

Tais estudos indagam a ciência ocidental e a branquitude estruturante sobre a qual está alicerçada, lançando dúvida sobre a tão falada universalidade do conhecimento científico. Questionam a primazia desse conhecimento, colocando-o frente a frente com outras formas de conhecer produzidas nas experiências sociais, culturais, raciais e de gênero que, historicamente, sempre orientaram os caminhos da humanidade, mas que foram ativamente construídas como não saber e ignorância.

Podemos dizer que uma escrita negra emerge com força no século XXI e orienta as análises e reflexões sobre a questão racial. Essa mesma escrita só foi possível porque é precedida de negras e negros intelectuais e militantes que ousaram romper com o racismo epistêmico e, a duras penas, fizeram-se senhoras e senhores de suas próprias vozes e produções. E são elas e eles que nos possibilitaram a escrita negra do século XXI: engajada, posicionada, indagadora, insurgente.

Ainda estamos caminhando lentamente na produção dessa escrita e dessa epistemologia negra ou das relações raciais no Brasil. Enganam-se aquelas e aqueles que pensam que ela já está construída. É preciso sabedoria ancestral para produzi-la ainda mais, fazê-la circular, dar maior densidade teórico-epistemológica, estética e política. Torná-la compreensível não só para negras e negros ativistas e intelectuais, mas para todas e todos que pesquisam, produzem conhecimento, educam, militam e lutam por uma sociedade com justiça social e cognitiva, antirracista, antifascista, democrática, que reconheça a diversidade e entenda o Estado como laico e as pessoas como cidadãos de direitos que não podem ser negados, tampouco retirados.

Mas essa escrita negra e a circulação de um pensamento negro brasileiro e latino-americano vivem dias e anos de tensão. Tensão que, provavelmente, nos fará retomar discussões sobre o racismo que considerávamos já terem sido superadas. Necessitaremos analisar as lutas antirracistas e a resis-

tência democrática sob nova perspectiva, sempre em diálogo com a sociedade e o pensamento crítico. Trata-se de uma situação de articulação de forças conservadoras e neoliberais que passaram a ocupar o Estado caminhando na contramão dos avanços democráticos, principalmente aqueles voltados para a garantia dos direitos da população negra brasileira.

Vivemos, no contexto atual, uma inflexão negativa na política, na esfera jurídica, na organização político-partidária e no combate às desigualdades. São tempos de tensão política, recrudescimento e chegada da extrema-direita ao poder, em nosso país, a partir das eleições de 2018.

Ao ler os jornais, acompanhar as redes sociais, conversar com pessoas na padaria, no restaurante, no ponto de ônibus, com os motoristas de táxi e de aplicativos, temos a impressão de que as bandeiras da justiça, da igualdade, da equidade e da paz já não encontram ressonância na sociedade. Essa se encontra polarizada e raivosa, expressando posturas e sentimentos que emergiram das sombras coloniais, racistas e machistas que sempre nos sustentaram, as quais sempre foram denunciadas por alguns setores dos movimentos sociais. No entanto, sempre insistentemente negadas por uma grande parte da sociedade que preferia acreditar na falácia do brasileiro incapaz de odiar, na miscigenação que supostamente faz de nós uma nação aberta à diversidade. Esse imaginário, nutrido inclusive por vários grupos progressistas e de esquerda, caiu por terra.

Importante destacar que a ascensão da extrema-direita ao poder não representa a totalidade do pensamento e da escolha do povo brasileiro. Houve resistência, mesmo que muito de nós a tenhamos achado fraca e pouco incisiva. Mas os 47 milhões de votos recebidos pelo candidato da esquerda no segundo turno e a quantidade de votos nulos e brancos, bem como as justificativas de voto de vários cidadãos brasileiros dentro e fora do país revelam que parte da sociedade não concorda com o pensamento neoliberal, privatista, fundamentalista e militar que se instaurou no Brasil não só no executivo federal, como também em vários estados brasileiros e nas suas principais instituições.

Vários artigos de jornais e análises de especialistas sobre as eleições de 2018 têm revelado os processos fraudulentos que as alicerçaram movidos por *fake news*, pela interdição da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela incitação do ódio às esquerdas e às suas políticas sociais de combate à pobreza, à fome e pelo direito à diversidade desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores nos 13 anos em que esteve no governo federal e nos anos em que esteve à frente de vários estados e municípios. Essas políticas voltavam-se para o povo pobre, sofrido, trabalhadores e trabalhadoras, negros, indígenas, povos do campo, quilombolas, mulheres, população LGBT e, mesmo com os seus desafios e limites, transformaram o Brasil em um país mais justo e menos desigual.

Mas o que nos levou a essa situação? Várias são as explicações e tentativas de compreensão do problema. Além da interpretação de que o Brasil faz parte de planos arquitetados pelo capitalismo internacional, articulado com várias outras forças conservadoras e de extrema-direita, também têm sido destacados os limites da relação institucional e partidária das esquerdas quando chegam ao poder. Ao ascenderem, os setores progressistas e de esquerda encontraram um poder branco, machista, racista, heteronormativamente orientado e estruturado.

O campo da esquerda no poder atuou de forma incisiva na redução de uma série de desigualdades, na maior democratização do Estado, no aumento da capacidade de consumo e na construção de políticas sociais, mas não tomou como parte das suas preocupações a mudança do núcleo duro colonial, patriarcal, racista e LGBTfóbico das relações de poder e da forma como ele é distribuído. Algumas iniciativas foram realizadas, mas ainda de forma tangencial ou transversal. Tenho aprendido cada vez mais que, se não tocarmos fundo nessas questões e redistribuirmos poder entre os diferentes setores emancipatórios, a justiça social, a igualdade, a equidade e a democracia não conseguem se efetivar com radicalidade.

Tenho insistentemente discutido que essa análise interna, feita pelo próprio campo progressista, partidos de esquerda, movimentos sociais e ações coletivas emancipatórios é urgente e necessária. Mas também enfatizo que criticar nossas ações para nos fazer rever e avançar não pode se tornar uma atitude de automutilação. Acusar e automutilar, aproveitando-se da fragilidade do campo progressista e da esquerda no momento atual, pode acirrar a disputa das tendências internas político-partidárias, dos partidos de esquerda entre si e tensionar ainda mais a relação entre as forças populares e as lideranças. Podemos facilmente cair na armadilha da direita e construir entre nós uma Torre de Babel, levando-nos a um grande desentendimento ideológico e de agenda que impedirá a realização da resistência democrática tão necessária. As disputas internas também servem para aumentar a falta de credibilidade que o campo progressista e da esquerda enfrenta junto a uma parcela da população. E ainda possibilitam dar ouro para os “bandidos” (literalmente!) continuarem nos atacando.

Essa mesma postura crítica se faz necessária entre movimentos sociais e ações coletivas de caráter emancipatório. Eles também precisam rever e transformar a forma de fazer política. Há pontos extremamente importantes que precisam ser encarados com seriedade. Posso citar alguns: as disputas internas e entre movimentos, o deslumbramento com os lugares de poder resultando no distanciamento dos próprios coletivos sociais que representam, a necessidade de construção de outra gramática política que consiga estabe-

lecer diálogo com a população pobre, periférica, com os adeptos do fundamentalismo religioso (os quais reproduzem pensamentos e ações de violência religiosa), a urgência de maior diálogo com as juventudes e o reconhecimento de que o mundo adulto precisa aprender com esse segmento, a necessidade de diálogo ampliado com todos os segmentos representativos da comunidade LGBT e a superação da desigualdade de raça e gênero na ocupação de lugares de liderança e de poder.

A persistência dessas e de outras ações que precisam ser revistas e transformadas fragiliza a luta dos movimentos sociais, explicita contradições e revela o caráter estrutural e estruturante das desigualdades entre aqueles e aquelas que lutam contra elas.

Também é preciso rever e encontrar caminhos de diálogo e articulação entre os movimentos sociais, os partidos de esquerda, os sindicatos e outros coletivos do campo progressista. Muitas vezes lideranças dos movimentos sociais desconfiam desses setores e dos seus ativistas pelo fato de travarem sua luta muito mais no âmbito institucional como, por exemplo, na gestão, no executivo e no legislativo. Essa desconfiança, que já gerou muito afastamento e desentendimento de ambas as partes, tem sido paulatinamente superada.

Lideranças dos movimentos sociais passaram a disputar espaço, pleitear e assumir lugares de liderança e de decisão institucionais no parlamento e no executivo. Nos 13 anos de governo do PT, alguns integrantes desses movimentos atuaram no executivo. Essa inserção, embora vista como positiva por alguns setores, também foi acompanhada da crítica pela pouquíssima presença desse perfil político nos cargos do primeiro escalão.

Uma das alternativas para se construir um novo momento do campo progressista e da esquerda é retomarmos nossos princípios, nossa história e nossa memória de lutas e conquistas. Uma outra é compreender que classe, raça e gênero são também campos políticos que precisam ser interseccionalizados. Se há algo nocivo para o momento em que as forças progressistas vivem no Brasil, é a propagação entre nós mesmos de que as pautas identitárias emancipatórias atrapalham e desarticulam as pautas universais.

Trata-se de um pensamento conservador que se adequa muito bem aos setores da direita e da extrema-direita, mas nunca deverá ser endossado pela esquerda e pelo campo progressista. Reforçá-lo equivale a dar margem a um discurso preconceituoso e arrogante. É bom lembrar que um dos grandes méritos dos governos do PT tem sido a possibilidade de, a duras penas, abrir espaço para a diversidade se expressar e construir políticas sociais e ações afirmativas que reconhecem as lutas, os lugares desiguais ocupados pelos pobres, negros, indígenas, quilombolas, mulheres, povos do campo e das florestas,

população LGBT. E, ao fazer isso, reconheceu a todos, com as suas diferenças e identidades, como sujeitos políticos e de políticas.

E é por isso que temos que falar, narrar, escrever, produzir, discutir, rememorar, reconstruir estratégias que envolvam os temas e as questões da diversidade orientadoras das lutas por emancipação social, que se fortaleceram no século XX e entraram com força no século XXI.

Se as pautas identitárias emancipatórias não tivessem entrado com força devido à ação dos sujeitos coletivos e políticos organizados em movimentos sociais e ações coletivas e se não tivessem sido parte das políticas de Estado elas não seriam, hoje, um dos alvos preferenciais da extrema-direita no seu processo de destruição e retrocessos políticos e de direitos. A obsessão do governo de extrema-direita e seus apoiadores pela destruição das pautas identitárias e da diversidade revela o quanto elas conseguiram colocar em disputa uma nova leitura sobre o outro e as diferenças no imaginário e nas práticas sociais.

As pautas identitárias emancipatórias revelam, ainda, o quanto é potente, quando os grupos que sofrem discriminação devido às suas identidades e diferenças se afirmam politicamente ao se reconhecerem sujeitos de direitos e não somente meros destinatários das políticas.

A extrema-direita já entendeu o poder de transformação das pautas identitárias e da diversidade. Alguns dos coletivos compostos por sujeitos considerados diferentes e tratados como desiguais no Brasil já superaram a fase inicial de afirmação identitária e, hoje, começam a disputar espaços de poder na política, nas universidades, na gestão pública. Basta passar em revista o paulatino interesse e as vitórias conquistadas por representantes, quilombolas, LGBT, negros, indígenas nas últimas eleições estaduais e para o Congresso Nacional. Mesmo que em reduzida quantidade, a presença desses sujeitos com pautas progressistas cresceu e tende a aumentar nas eleições municipais.

O medo do poder dos diferentes e da diversidade explica a ânsia dos conservadores, da direita e da extrema-direita na defesa de projetos como Escola Sem Partido, na invenção daquilo que intitulam como Ideologia de Gênero, na violência com que tratam as questões da demarcação das terras indígenas e quilombolas. E, ainda, nas estratégias políticas e jurídicas para criminalizar os movimentos sociais, com destaque para os movimentos do campo e movimentos urbanos pelo direito à moradia, na ânsia de flexibilizar a posse e o porte de arma e na retomada da aprovação da redução da maioridade penal. Todas essas estratégias, leis, políticas e projetos têm como foco desumanizar e retirar direitos dos coletivos sociais que o Estado democrático reconheceu como humanos e, por isso mesmo, sujeitos de políticas voltadas para a garantia dos direitos humanos e da diversidade.

A pergunta é: será que os campos da esquerda e progressista que estiveram no governo federal durante 13 anos conseguem visualizar a potência emancipatória da diversidade e das identidades? Será que as reconhecem como um trunfo e uma conquista, que só foi possível porque um dia tivemos um Estado democrático? E que esse, mesmo com os limites na forma como essas questões foram tratadas e na ausência de maior representatividade desses sujeitos nas esferas de poder, se abriu para demandas históricas dos movimentos sociais, dos coletivos sociais diversos e tratados como desiguais?

Que estratégias de resistência democrática podemos construir em prol do direito à diversidade?

Temos que ousar avançar na nossa reflexão sobre as questões da diversidade em contextos de retrocessos políticos, econômicos e jurídicos. Esse é um dos desafios que me proponho a fazer nesta parte do artigo.

Comecei este texto com uma reflexão mais ampla sobre as questões da diversidade na resistência democrática para, em seguida, focalizar um dos aspectos da diversidade com o qual tenho trabalhado ao longo da minha trajetória política e intelectual: a questão do negro brasileiro e suas lutas por emancipação.

Destacarei o corpo e a corporeidade negra como processos de emancipação social e racial e a retomada dessa leitura e reflexão na construção de um pensamento crítico e insurgente que nos ajude a compreender porque focar nas políticas identitárias de valorização da identidade negra pode ser uma forma de reaproximação dos setores da esquerda da comunidade negra distanciada do campo das lutas progressistas. Ao fazer esse movimento, fatalmente seremos levados a compreender melhor a crueldade do racismo estrutural e como ele incide sobre os corpos negros, principalmente em tempos de repressão e de retrocessos.

É minha intenção e desafio ajudar ao campo progressista e da esquerda na compreensão de uma das formas perversas do racismo se expressar, ou seja, aquela que desconsidera a humanidade das negras, dos negros e dos seus corpos e os transforma em extermináveis, em objetos (e não em pessoas) que podem ser abatidos de todo e qualquer jeito pelas armas de fogo, pelo espancamento e, inclusive, com tiros na cabeça autorizados pelo Estado e pelos gestores públicos.

Temos que nos voltar para as questões da diversidade como um dos trunfos construídos na luta por uma sociedade democrática no Brasil, na América Latina e em outros lugares do mundo. E superar, definitivamente, o discurso conservador e discriminatório de que a diversidade nos afasta do nú-

cleo da luta de classes. Na realidade, ela nos ajuda a entender que a exploração capitalista tem sido vitoriosa ao nos fazer pensar que somos um bloco homogêneo no contexto da dominação econômica. Isso nos leva a não reconhecer e invisibilizar o fato de que negros, mulheres, indígenas, povos do campo, população LGBT possuem um histórico de discriminação, machismo, racismo, LGBTfobia que caminha junto com (e dentro do) capitalismo e interpõe de forma mais violenta as desigualdades e a miséria aos grupos considerados diferentes. Esse processo violento os leva a construir pautas identitárias na luta de classes.

Nas relações capitalistas e coloniais que ainda vivemos, a diferença é ressaltada não só devido à etnia, raça, gênero ou orientação sexual. Ela é compreendida como sinal de inferioridade, de não humanidade. Para o capitalismo, se a classe trabalhadora deve ser dominada, os sujeitos considerados diferentes e, dessa forma, inferiores, devem ser exterminados. É isso que a direita e a extrema direita fazem com a diversidade quando chegam ao poder. É esse o perigo que os sujeitos considerados diferentes e que defendem pautas identitárias correm no Brasil atual.

A temática das diferenças e da diversidade não pode ser entendida como algo do passado. Ela precisa ser tomada com dinamismo e força e como uma das bandeiras de luta das forças progressistas e contra-hegemônicas. Como um elo de união para retomada do fôlego da emancipação social e a busca de outras formas de resistir. Uma resistência contra-hegemônica que tem, hoje, adversários mais fortes, unificados e globalmente internacionalizados: a direita, a extrema-direita, o racismo, o patriarcado, o colonialismo e o fascismo do século XXI. Todos guardam, estimulam, consentem e fazem eclodir ainda mais violência, práticas e discursos de ódio e fundamentalismos políticos e religiosos.

Alguns sujeitos e coletivos sociais sempre lutaram por reconhecimento, direito à diferença, direito à fala, de viver a sua corporeidade e de ter os seus direitos reprodutivos respeitados. A população negra brasileira é um deles. Aquela cuja diferença inscrita no corpo e na corporeidade resistentes e insurgentes sempre foi considerada como uma afronta às elites racistas. A cor, o corpo, o cabelo, a ancestralidade e as cultura negras, ao se colocarem afirmativamente em qualquer espaço no Brasil e no mundo, fazem-se notar, ocupam lugar e relembram, queiramos ou não, a dívida histórica da humanidade para com a população negra na África e nas Américas.

A riqueza do nosso país foi construída em cima do sangue, do estupro, da violência imposta pelo processo da escravidão e pelo modo de produção escravista aos africanos e africanas escravizados e seus descendentes. Como modo de produção, o escravismo, que deixou marcas profundas na nossa

constituição histórica e econômica e está arraigado na estrutura das relações de poder, na cultura, no imaginário e nas relações de trabalho brasileiras.

Esse tenso e complexo processo envolve o corpo negro e os sujeitos que o portam. Ora rejeitado, ora exaltado de forma exótica e erótica, o corpo negro e a corporeidade negra foram forjados em processos de regulação e emancipação.

Na regulação, temos o racismo; na emancipação, temos os processos de resistência e libertação. É sobre os aspectos que envolvem o processo de regulação-emancipação dos corpos negros e da corporeidade negra que destacarei a seguir. Trata-se de uma discussão posicionada, pois é uma escrita negra, produzida por uma mulher negra, pesquisadora engajada que se sabe e sente orgulho de ser negra.

O corpo negro e a tensão regulação/emancipação social

O corpo entra na teoria sociológica e antropológica de várias maneiras, mas merece ser destacada a forma como ele foi introduzido pelos estudos feministas. São as mulheres que reintroduzem a discussão crítica sobre o corpo na produção teórica dos últimos anos. O lugar do corpo como tema de pesquisa passa por várias fases na produção teórica. Em alguns momentos ele é destacado, em outros invisibilizado, sempre pairando sobre ele a desconfiança de que podemos cair em um viés biológico, em um momento que as ciências sociais e humanas já avançaram e muito nas discussões sobre as representações sociais, os imaginários coletivos e como os corpos são esculpidos pela cultura.

O estudo sobre o corpo negro é tema do meu livro *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*.¹¹ Atualmente, vemos o corpo negro ser tematizado não somente de forma negativa, mas, também, emancipatória: nos espaços das redes sociais, nas discussões realizadas pelos jovens negros, mulheres e homens, nos canais de *Youtube* e *Facebook* esse corpo passou a ter um lugar de destaque. As representações em torno do cabelo crespo têm sido um dos elementos centrais das análises e intervenções da juventude negra, sobretudo feminina, e vêm se tornando cada vez mais tema de reflexão científica. Seja para falar de dicas de beleza, seja para politizar sua relação com o mundo, o corpo negro vem ganhando destaque, especialmente a partir dos anos 2010.

Ao refletir sobre o corpo negro e a tensão regulação/emancipação inspiro-me nos estudos de Boaventura de Souza Santos¹² e nas discussões que o autor tem realizado sobre regulação/emancipação social e a produção de diferentes formas de conhecimento: o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação.

A discussão sobre regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente. Isso não significa que estejamos a negar o negro enquanto identidade pessoal, subjetividade, desejo e individualidade. Há aqui o entendimento de que assim como “somos um corpo no mundo”, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual.

No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre regular-se ou emancipar-se e libertar-se do pensamento racista que o toma por erótico, exótico, estranho e violento. Essa superação se dá mediante a publicização da raça, via práticas, projetos, ações políticas e cobrança junto ao Estado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, na moda, na arte, entre outros. A denúncia do racismo, a inserção do mesmo como um crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão garantida na Constituição de 1988, mesmo com todas as dificuldades de fazer com que a lei seja realmente aplicada, fazem parte desse cenário de lutas. É um cenário de luta que tem a comunidade negra organizada, via movimento negro, e os negros em movimentos e ações coletivas como protagonistas.

Aos poucos, no Brasil, ter um corpo negro, expressar a negritude começa a ser percebido socialmente como uma forma positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade. Essa percepção passa de um movimento interno construído pela comunidade negra – não sem conflitos e contradições – para um movimento externo de valorização da estética e da corporeidade negra no plano social e cultural – também não sem conflitos. Nesse contexto, surge de maneira densa, misturada, com diferentes intensidades de explicitação uma leitura política da estética, do corpo e da negritude. O corpo negro não se separa do sujeito.

No Brasil, a leitura sobre o negro, sua história e cultura ainda tem sido regulada pela sociedade mais ampla via o racismo ambíguo e o mito da democracia racial. Essa visão tem sido disseminada nos diferentes espaços estruturais do poder e marcam de forma diferenciada a história da negra e do negro.

Muitas vezes, a rejeição ao corpo negro tenta se esconder na ênfase dada à mestiçagem. No contexto do racismo, a apologia dada à mestiçagem, bem como ao tipo mestiço representam uma forma de negação da negritude e da pertença indígena. Trata-se de uma ode à branquitude. Elogia-se, no mestiço e na mestiça, não sua capacidade de se expressar por meio da corporeidade, a junção de diferentes raças, culturas, histórias e lutas (não se pode esquecer que a construção da mestiçagem no Brasil também está eivada de um passado violento de relações de gênero entre homens brancos e mulheres negras), mas aquilo que diacriticamente salta aos olhos como sendo sua porção branca, de origem europeia (mesmo que longínqua), entendida como algo melhor, bom que clareia a raça, alisa ou anela os cabelos.

Corpo negro regulado e corpo negro emancipado

O corpo negro nos conta uma história de resistência constituída de denúncia, proposição, intervenção, revalorização. É bom sempre lembrar que os avanços sociais e a desnaturalização da desigualdade racial e do racismo, no Brasil, entendidos como parte das lutas sociais e da história de resistência, caminham juntos com a luta contra a ditadura, pela redemocratização da sociedade, contra o neoliberalismo e a globalização neoliberal. Nesse sentido, não se trata de uma luta isolada, apesar da sua especificidade.

A história de luta das negras e dos negros, no Brasil, passa por um processo tenso e dialético de regulação e emancipação social e racial. Nesse caso, as pessoas negras não têm apenas seus comportamentos regulados, e nem somente se emancipam por meio da luta política ou da construção de práticas e discursos antirracistas. Os corpos negros e a corporeidade negra têm sido fontes de processos de regulação e de emancipação desde os tempos escravistas até os dias atuais. No atual momento histórico em que vivemos na política, na economia, nos retrocessos dos direitos humanos, é bom estar atentos às novas formas de regulação do corpo e da corporeidade negra. Elas poderão nos ajudar a construir outras formas de emancipação condizentes com a luta antirracista do século XXI.

Qual é a especificidade do corpo negro nos processos de regulação-e-emancipação social? Que tipo de corpo esses processos podem produzir?

1 - O corpo regulado – o corpo pode ser regulado de duas maneiras: a dominante (o corpo escravizado; o corpo estereotipado; o corpo objeto) e a dominada (o corpo cooptado pelo dominante como, por exemplo, a industrialização do corpo negro a serviço do comércio capitalista, falsamente autonomizado pelo mercado; o corpo como mercadoria).

Na escravidão, os corpos estiveram presentes, mas de forma escravizada. Nesse contexto, o corpo era importante, mas como algo sub-humano, como força de trabalho. O corpo regulado é também o corpo estereotipado por um conjunto de representações que sustentam os ideais de beleza corporal branca e, no limite, miscigenada em contraposição à pele preta.

A música *A Carne*, composta e interpretada pela cantora Elza Soares, ajuda a compreender a dimensão perversa do corpo negro regulado pelo racismo e pela desigualdade.

“A carne mais barata do mercado é a carne negra.

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem-intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar
A carne mais barata do mercado é a carne negra!”

2 - O corpo emancipado - os corpos negros se distinguem e se afirmam no espaço público sem cair na exotização ou na folclorização.

É o corpo negro nas universidades como docentes e discentes. É o corpo negro no trabalho, na luta sindical, na luta do movimento negro. É o corpo negro da luta quilombola e da resistência. É o corpo negro que afirma sua sexualidade e orientação sexual. É o corpo das mulheres negras que militam, trabalham, produzem conhecimento. Nesse último, constroem uma escrita das mulheres negras que falam de si e de sua vivência corpórea. É a luta das ativistas e dos ativistas negros para que os nossos corpos e presença em lugares de decisão, de visibilidade e de poder não sejam mais exceção à regra racista, mas que a nossa presença nesses espaços seja tão significativa quanto a nossa existência numérica na sociedade brasileira.

O corpo emancipado é a construção política da estética e da beleza negra. A dança como expressão e libertação do corpo. A arte como forma de expressão do corpo negro. A poesia, a dança, o rap, o funk, o congado, o samba são formas de expressão da corporeidade negra, do corpo negro e das negras e negros que redefinem e emancipam os seus corpos.

O corpo negro emancipado vive sempre um drama. Para cada processo emancipatório, as relações de poder capitalistas, racistas e patriarcais se realinham e tentam regulá-lo novamente. Por isso, não esquecer que a emancipação não é feita só de alegria e vitórias é um componente de resistência para as pessoas negras que têm consciência política da sua identidade racial.

Infelizmente, um dos resultados do racismo brasileiro (que em vários momentos da história fez parte de uma política de Estado, como, por exemplo, as políticas imigratórias de branqueamento e a omissão do racismo durante a ditadura militar) é o distanciamento das pessoas negras (pretas e pardas) de um processo político de conscientização e orgulho da sua própria negritude. E é contra esse processo que o movimento negro e de mulheres negras historicamente lutam e terão que atuar ainda mais nos dias atuais.

Essa consciência do drama é o que pode ser vista na música *Negro Drama*, dos Racionais MC's.

(...)

Negro drama

Cabelo crespo

E a pele escura

A ferida, a chaga

À procura da cura

(...)

Me ver

Pobre, preso ou morto

Já é cultural

(...)

Entre o gatilho e a tempestade

Sempre a provar

Que sou homem e não covarde

(...)

Eu visto preto

Por dentro e por fora

Guerreiro

Poeta entre o tempo e a memória

(...)

Sente o negro drama

Vai

Tenta ser feliz

(...)

Aê, você sai do gueto, mas o gueto nunca

Sai de você, morou irmão?
(...)
Sabe por quê?
Pela sua origem, morou irmão?
É desse jeito que você vive
É o negro drama
Eu não li, eu não assisti
Eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama
E sou o fruto do negro drama
Aí dona Ana, sem palavras, a senhora é uma rainha, rainha
(...)
Valeu mãe
Negro drama
Drama, drama, drama

Regulação e emancipação do corpo negro são processos tensos e dialéticos que se articulam ora com maior, ora com menor equilíbrio, porém, sempre de forma dinâmica e conflitiva. Esses processos assumem contornos diferentes de acordo com os contextos históricos e políticos dos quais participam.

Tensão regulação-emancipação do corpo negro

A tensão regulação-emancipação social e racial do corpo negro expressa a mesma crise já apontada por Santos¹³. O corpo emancipado, que antes era o outro da regulação (a alternativa), pode tornar-se, em várias situações, o duplo desta (outra forma de regulação). Por isso, precisamos construir uma nova forma de emancipação sócio-racial do corpo.

É nesse contexto que o movimento negro e o de mulheres negras ocupam lugar central. Eles participam como sujeitos coletivos e políticos que apresentam alternativas a esse processo de tensão, na tentativa de recodificar a emancipação sociorracial nos seus próprios moldes e não nos parâmetros da regulação. Essa alternativa pode ser vista em dois aspectos: a) quando o movimento destaca que a trajetória do negro e da mulher negra no Brasil produz saberes, dentre eles os políticos, identitários e corpóreos; b) quando esse mesmo movimento socializa e destaca a presença do negro e da negra na história e atribui um significado político (e não exótico ou erótico) à corporeidade negra. Contra a regulação política e social que retira o negro e a negra do lugar da beleza e, no limite, da humanidade, os movimento negro e de mulheres negras constroem internacional e nacionalmente a expressão “beleza negra”, politizando a estética¹⁴.

Mas qual tem sido a alternativa emancipatória apresentada pelo movimento negro e o de mulheres negras em relação a estética e a beleza negra?

Na tentativa de superar uma realidade social que trata uma série de construções culturais como dados naturais, surge no interior da comunidade negra a construção política do conceito de beleza e estética negra. Esse conceito invade o campo da estética corporal e também das artes plásticas.

A expressão *beleza negra* pode ser entendida como uma estratégia de emancipação do movimento negro e de mulheres negras. Esta também é uma estratégia complexa e tensa dentro dos processos de emancipação-regulação sociorracial. A construção política da beleza negra, no final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX, emancipa o corpo negro ao valorizar um padrão estético colocado sob suspeita no contexto do racismo. Ao mesmo tempo, na globalização capitalista a *beleza negra* extrapola a ação local da comunidade negra e do movimento negro e passa a ser regulada pelo mercado. O mercado toma para si símbolos étnicos, esvazia-os do seu sentido político e os transforma em mercadoria¹⁵.

O aumento de produtos étnicos que apelam para a especificidade étnico-racial dos seus possíveis consumidores torna-se fonte de exploração e lucro para os empresários, negros ou não. Por outro lado, a inserção da população negra no mercado de consumo e o estatuto do negro como um “consumidor” revela um certo nível de mobilidade social desse grupo étnico-racial se considerarmos a forma como o mesmo era tratado durante o regime da escravidão: uma mercadoria a ser comprada e vendida. No contexto da escravidão, os símbolos étnicos e o corpo negro estavam fora do padrão estético da época. O processo de emancipação de escravizado a liberto e, deste último, a cidadão é lento e complexo. Tornar-se cidadão e consumidor acrescenta maior densidade e traz novas problematizações para essa situação. A inserção dos negros na cultura de consumo traz todos os agravantes dos conflitos da globalização capitalista atual. No entanto, a relação do negro e da negra com o mercado consumidor não tem sido um processo passivo. Ela é acompanhada de pressões econômicas e jurídicas do movimento negro e de mulheres negras na luta por seus direitos como consumidores e cidadãos que dão um outro caráter emancipatório à questão.

Nos últimos anos, a juventude negra tem se mostrado mais atenta a essa relação entre corporeidade negra, consumo capitalista, mercado e moda. As discussões sobre apropriação cultural no contexto da branquitude trazem leituras complexas. Um exemplo foi a discussão sobre o uso de turbantes pelas pessoas brancas. Naquele momento, estava em jogo não a forma como se usava um adereço, mas a maneira como o capitalismo se apropria de símbolos étnicos antes vistos como feios, usados por macumbeiros, e os vende como

símbolos politicamente corretos. De forma muito perspicaz a juventude negra nos blogs, canais de *Youtube* e *Facebook* cobrava não o simples uso do turbante por uma pessoa branca como uma peça de uma estética *fashion* e da moda étnica. As jovens e os jovens negros cobravam das pessoas brancas, que antes eram incapazes de usar tal adereço devido à carga racista que ele carregava e que agora a utilizam para se sentir na moda, se, do ponto de vista político, essas mesmas pessoas se colocavam contra o racismo em sua vida cotidiana, se reconheciam a origem do uso do turbante pela comunidade negra, no Brasil, o qual é uma peça sagrada usada pelas mulheres negras do candomblé e um adereço de afirmação política adotado pelas ativistas negras.

Entendo que em momento algum a jovem militância negra se arvorou dizer que só negros do candomblé e ativistas negras usavam turbante no Brasil e no mundo. Sabe-se que essa peça faz parte do complemento da indumentária de outros grupos, etnias, religiões e nacionalidades. A discussão política sobre a apropriação cultural envolvendo o turbante e a questão racial, no Brasil, pode ser compreendida como exemplo de uma das formas de regulação da corporeidade negra via a banalização e mercantilização de um símbolo étnico. E, ainda, expressa a arrogância da branquitude, quando pessoas brancas, principalmente nas redes sociais e nos veículos de TV, realizavam o debate sobre vários acontecimentos envolvendo jovens negras e brancas e sobre o uso do turbante de forma simplista, esvaziada de uma leitura mais densa sobre a complexidade que estava em jogo. A juventude negra alertava à sociedade para o fato que ela está atenta à corporeidade negra e aos processos de regulação/emancipação pelos quais ela passa no século XXI e no contexto da pulverização de ideias, imagens e *fake news* pelas redes sociais. A corporeidade negra, ou seja, a forma como negras e negros reconhecem seus corpos e os utilizam como instrumento relacional com o outro e com o mundo tem sido um forte elemento de afirmação política da identidade negra no momento atual.

Considerações finais

Contudo, por mais que tenhamos avançado nos processos de emancipação social e racial devido à luta histórica das pessoas negras no Brasil do passado e do presente, é fato que estamos em tempos muito difíceis, pós-golpe parlamentar de 2016. O que será das conquistas emancipatórias do movimento negro, de mulheres negras, da juventude negra e quilombola, algumas delas transformadas em políticas de Estado no período de 2003 a 2016?

Como levar à frente a luta antirracista sem articulá-la à retomada democrática dos direitos trabalhistas retirados pelas reformas neoliberais, já

instituídas e em curso, que corroem conquistas sociais e políticas que datam dos anos 30, passaram pela redemocratização do país e se tornaram mais consistentes no período do Estado democrático que vivemos de 2003 a 2016? A luta antirracista faz parte de um histórico de lutas democráticas. Por isso, o combate à fome, à miséria, o direito à saúde, à educação, à moradia digna e à justiça também fazem parte da luta contra o racismo.

O momento político atual, mais do que nunca, convoca-nos a uma melhor compreensão e articulação de forças, esforços e lutas emancipatórias. Cobra-nos a união sem perder as especificidades. Cobra-nos superar a insistente tentativa de hierarquizar as desigualdades de classe, raça e gênero. Exige de nós a construção interseccional das práticas e ações políticas emancipatórias.

Urge que as forças sociais progressistas e de esquerda se organizem de forma articulada e construam formas de comunicação constantes entre os diferentes movimentos sociais, sindicatos, associações e ações coletivas partícipes das lutas emancipatórias. Insta-nos a construir um alvo comum (ou alvos comuns) na construção de uma emancipação social conjunta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antiLGBTfóbica e antifascista.

Inspirando-me e parafraseando algumas ideias de Boaventura de Sousa Santos¹⁶, reelaborando-as e contextualizando-as à luz das discussões realizadas nesse artigo, afirmo que esse alvo comum é: *a superação do sofrimento humano causado pelo capitalismo global, pelas formas de discriminação, pelo racismo, machismo e LGBTfobia de que se alimenta e pela colonialidade do poder, do ser e do saber.*

Com esse alvo, é possível que cada movimento social mantenha sua especificidade e suas lutas, mas permita que as fronteiras se comuniquem de forma muito mais intensa e dinâmica umas com as outras, possibilitando *a capacidade de comunicação e cumplicidade de modo sustentado e a vários níveis para que haja um equilíbrio dinâmico entre as teorias da separação e da união*, como afirma Santos.

Embora extremamente próximas, as fronteiras entre os diferentes movimentos sociais e lutas emancipatórias não se confundem. Não é preciso que a luta operária tenha receio de atuar junto com a luta antirracista, pois ela também é anticapitalista. A luta antirracista precisa ser anticapitalista para promover a emancipação social e racial das negras e dos negros, a superação das desigualdades e uma justa distribuição de renda e riqueza.

Por isso, a proposta com a qual finalizo este artigo é que cada movimento social, sindicato e coletivos emancipatórios e progressistas saibam e mantenham sua especificidade. Porém, compreendam que, para alcançar o alvo maior da luta emancipatória e em prol de uma democracia que reconheça a diversidade, sobretudo em tempos de ascensão da extrema-direita e do fascismo, precisam desenvolver e construir uma capacidade de comunicação,

cumplicidade e envolvimento que possibilite mais do que intersecções entre si. Proporcione o livre trânsito entre os diferentes movimentos e forças emancipatórias com capacidade interna e externa de mobilização para lutar contra a opressão capitalista, o fundamentalismo religioso, o racismo, o machismo e a LGBTfobia e o fascismo.

Reforço que o alvo central de todas as lutas, a saber, *a superação do sofrimento humano causado pelo capitalismo global, pelas formas de discriminação, pelo racismo, pelo machismo e pela LGBTfobia de que se alimenta e pela colonialidade do poder, do ser e do saber*, não desaparece. Ele garante dinamismo, capacidade de comunicação, cumplicidade, denúncia, memória, formação de uma inteligência progressista alternativa e de um processo formativo progressista local, nacional, transnacional, internacional e intercontinental, o qual pode ser viabilizado pela aproximação das fronteiras do mundo, via processos on-line e off-line. No caso do mundo on-line, a internet tão usada nas eleições de 2018 para fins de *fake news* pode ser transformada por nós em ferramenta de trocas de experiências emancipatórias e de articulação, e não somente no lugar no qual nos lamentamos das perdas democráticas e somos hostilizados e criticados pelos setores conservadores, fascistas, racistas, LGBTfóbicos e capitalistas. É preciso reinventar formas de comunicação progressista e de resistência no momento atual.

O resultado da resistência democrática a ser construído no novo contexto político que o Brasil vive será verdadeiramente emancipatório se as vitórias a serem conseguidas forem compartilhadas por todos e não somente por alguns. Se as lideranças abrirem mão da sua arrogância e entenderem que elas têm muito que aprender com a base. Se os partidos de esquerda fizerem uma ampla revisão das suas práticas e reconhecerem que o elitismo político dos últimos anos deu margem para equívocos incorrigíveis e se aprendemos que todas as lutas emancipatórias são estruturantes na reinvenção da democracia e da política que precisamos. Já é passada a hora de superarmos a divisão entre lutas estruturantes e lutas identitárias emancipatórias. Isso só tem causado mais fraturas no campo democrático.

Será que conseguimos construir pautas de resistência democrática que não mais se coloquem neutras ou desconfiadas diante da luta pela afirmação da diversidade e das identidades? Que as entenderá como trunfo e triunfo democráticos e não como problemas?

Um maior conhecimento sobre dimensões reguladoras e emancipatórias dessas lutas pode ser um caminho na superação da nossa ignorância sobre a complexidade das pautas que envolvem os coletivos que lutam por reconhecimento e por equidade.

Tentei exemplificar uma dessas dimensões tomando o corpo e a corporeidade negra como destaques. Espero que as discussões aqui colocadas

consigam ajudar o campo da esquerda e das forças progressistas a avançarem em tempos de tamanhos retrocessos.

RESUMO

O artigo destaca a presença emancipatória da diversidade na resistência democrática. Focaliza um dos aspectos da diversidade considerados centrais: a questão do negro e da negra no Brasil e suas lutas por emancipação. Discute-se o corpo e a corporeidade negra como processos de emancipação social e racial. Tal discussão faz parte um pensamento crítico e insurgente que poderá ajudar na melhor compreensão, pelo campo progressista e da esquerda, da importância das políticas identitárias e de valorização da identidade negra. O texto analisa, também, os dilemas e os desafios impostos pelo racismo estrutural incrustado na sociedade brasileira, o qual incide ainda com mais força sobre os corpos negros em tempos de repressão e de retrocessos.

PALAVRAS-CHAVE

Racismo; diversidade; corporeidade negra; resistência democrática

The understanding of the tension regulation/emancipation of the body and the black corporeity in the reinvention of the democratic resistance

ABSTRACT

The article highlights the emancipatory presence of diversity in democratic resistance. It focuses on one of the aspects of diversity considered central: the issue of black Brazilians and their struggles for emancipation. The body and the black corporeity are discussed as processes of social and racial emancipation. This discussion is part of a critical and insurgent thinking that can help the better understanding, through the progressive and left field, of the importance of identity politics and of valorization of black identity. The text also analyzes the dilemmas and challenges posed by structural racism embedded in Brazilian society, which has a stronger impact on black bodies in times of repression and setbacks.

KEY WORDS

Racism; diversity; black corporeity; democratic resistance

NOTAS

1. Professora titular da Faculdade de Educação da UFMG. Pesquisadora do CNPq. Integrante da equipe do Programa Ações Afirmativas na UFMG. Foi reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (2013-2014), ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos do governo da presidenta Dilma Rousseff (2015 e 2016). email: nilmagomes@uol.com.br

2. FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
3. SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
4. hooks, bell. “Intelectuais negras”. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995, p. 464-478. A grafia do nome de bell hooks é feita em letra minúscula, como forma de resistência.
5. COLLINS, Patrícia Hilss. “Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: *Revista Sociedade e Estado*. v. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p. 99-127.
6. DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Disponível em <arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/movimentos-lideres-pensadores/afroamericanos/10243-as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis>. Acesso em: 19 jan. 2019.
7. GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 jan./jun. 1988b, p. 69-82.
8. NASCIMENTO, Beatriz. “Negro e racismo”. *Revista de Cultura Vozes*. v. 68, n. 7, Petrópolis, 1974, p. 65-68.
9. BAIRROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados”. *Estudos Feministas*, ano 3, 1995.
10. CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (orgs). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
11. GOMES, Nilma Lino. *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
12. SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
13. Idem, *ibidem*.
14. GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
15. Idem. *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
16. SANTOS, Boaventura de Souza, 2006, *op. cit.*